

---

# A COR DA FARDA - AS RELAÇÕES “RACIAIS” NA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

---

George Luiz Pires (UFS)

## RESUMO

Neste trabalho pretendemos desenvolver um estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe, visando mostrar como o policial se vê dentro da corporação em relação a sua cor. Considerando toda a problemática discutida em trabalhos anteriores, a respeito dos sistemas de classificação oficial do país e sua precariedade no que se refere ao número reduzido (ou o excesso) de categorias censitárias que visam dar conta da complexidade da sociedade brasileira. Assim analisaremos as condições de trabalho e a realidade cotidiana das tarefas dos policiais dentro Polícia Militar do Estado de Sergipe, onde realizaremos vinte entrevistas em profundidade com soldados, graduados e oficiais dos Batalhões, Companhias Isoladas e Quartel do Comando Geral. Embora a pesquisa não tenha a pretensão de ser estatisticamente significativa, tentaremos traçar um bom corte transversal da corporação. Para tanto escolheremos Batalhões do interior e da grande Aracaju, com um percentual maior de informantes soldados, devido representarem dois terços da instituição, compondo-se o restante entre graduados e oficiais de diversas patentes. O nosso foco é o policial, e suas relações no tocante à cor ou a raça no ambiente de trabalho.

**Palavras-chave:** raça, cor, polícia.

## APRESENTAÇÃO

Neste trabalho pretendemos desenvolver um estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe, visando mostrar como o policial se vê dentro da corporação em relação a sua cor. Considerando toda a problemática discutida em trabalhos anteriores, como os de Florestan Fernandes (1978), Charles H. Wood (1991), Nelson do V. Silva (1994), Antonio Sergio Guimarães (1995), Peter Fry (1995/96), Michael Hanchrd (1996), Robin E. Sheriff (2001) a respeito dos sistemas de classificação oficial do

---

\* Mestrando em sociologia pelo NPPCS/UFS. E-mail: fidalgo@bol.com.br

país e sua precariedade no que se refere ao número reduzido (ou o excesso) de categorias censitárias que visam dar conta da complexidade da sociedade brasileira.

O sistema de classificação das instituições estatais há muito tempo é criticado por pesquisadores que o acusam de não representar a realidade do conjunto da sociedade brasileira no tocante a cor ou raça. Essa discussão é reforçada por entidades do movimento negro que claramente demonstram rejeição as categorias oficiais com bandeiras de luta pautadas em ações reivindicatórias ou afirmativas que aparentemente contribuem para a construção de uma sociedade marcada pela bipolaridade<sup>1</sup>. De outro modo, a natureza do objeto de estudo introduz esta pesquisa em um contexto alimentado, principalmente pelo fenômeno do crescimento da violência que nos últimos anos impulsionou uma grande quantidade de estudos sobre segurança pública e as instituições que a compõem.

Após dez anos na corporação como policial militar, e conhecendo algumas pesquisas sobre a instituição, observei que durante todo esse tempo em nenhum momento um pesquisador ou até mesmo a própria Polícia Militar desenvolveu estudos sobre relações “raciais” na instituição. Existindo uma total ausência de trabalhos dessa natureza. Algo preocupante em um Estado, onde a população corresponde, segundo o censo do ano 2000, realizado pelo IBGE, há 31.54% de pessoas de cor branca, 6.24% de cor preta, 0.16% de cor amarela, 60.81% de cor parda, 0.38% são indígenas e 0.87% não declararam a cor. Um contingente populacional constituído a partir de todo um processo de colonização baseado na propriedade escravocrata, não fugindo a aspectos da colonização do litoral nordestino. Portanto, é de extrema importância um estudo sobre cor na PMSE, na medida em que consideramos a tarefa constitucional dessa milícia e o nível atual de discussão da sociedade

---

<sup>1</sup> Munanga, Kébégele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 116 – 117.

brasileira a respeito de todo um conjunto de políticas afirmativas, reivindicadas principalmente por organizações do movimento negro do país.

A Polícia Militar em Sergipe caracterizou-se durante décadas por ser um local de atração para mestiços e negros, que por não possuírem alternativas profissionais no mercado de trabalho acabavam por serem recrutados nas camadas menos favorecidas economicamente da população pela própria polícia ou por chefes políticos regionais. Esse fato foi notado a partir de pesquisa realizada nos arquivos da polícia, tendo como base as décadas 1930 a 1960, onde observamos a baixa escolaridade dos policiais que entraram na corporação nesse período e a grande proporção de negros e mestiços, seja entre soldados, cabos e sargentos ou entre os oficiais. Dados estes obtidos a partir de fichas de identificação e boletins ostensivos<sup>2</sup> que se encontram no arquivo da instituição.

## **RAÇA E COR NAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Lilian Schwarcz (2004) em seu livro “O espetáculo das Raças” nos apresenta a idéia de raça como conceito que antes de qualquer conotação biológica significou um grupo ou categoria de pessoas ligadas por uma origem comum, sendo com esse sentido que o termo passou a ser empregado na maioria das línguas européias a partir do início do século XVII. As teorias biológicas sobre as raças, segundo esta autora são mais recentes, surgem a partir do século XIX com as teorias poligenistas e monogenistas nas quais a palavra raça passou a designar espécies de seres humanos diferentes fisicamente, bem como em relação à capacidade mental, sendo a obra de Charles Darwin “A Origem das Espécies” uma das referências à época sobre o tema. Porém, depois que estas teorias perderam força, raça passou

---

<sup>2</sup> BGO: documento de circulação interna que tem a função de levar ao conhecimento dos membros da PMSE a escala de serviço, elogios, punições e demais determinações ou ordens do comando geral da instituição.

a significar subdivisões da espécie humana, diferentes apenas porque seus membros estão isolados dos outros indivíduos pertencentes à mesma espécie. Depois da Segunda Guerra, o conceito ficou enfraquecido e passou a ser rejeitado. Para ser coerente com a genética pós-darwinista, cientistas sociais passaram a considerar raça um grupo de pessoas que numa dada sociedade, são socialmente definidas como diferentes de outros grupos em virtude de certas diferenças físicas reais ou putativas.

Com o advento da Segunda Guerra, as discussões sobre raça, baseadas em fatores biológicos perdem força no Brasil, como também no resto do mundo, sendo os estudos sobre raça retomados em nosso país com os trabalhos financiados pela UNESCO, como política do Pós-Guerra. É relevante para execução de nosso estudo, a discussão do conceito de raça como fruto da influência desses primeiros trabalhos; em particular, os de análise minuciosa da questão, desenvolvidos por Florestan Fernandes (1978) que abordou a temática racial a partir do ângulo da desigualdade. Em sua obra estão em questão, não só a tese da democracia racial brasileira<sup>3</sup>, mas também as bases de sua construção. Este autor problematizou a noção de tolerância racial, contrapondo-a a um certo código de decore que na prática funciona como um fosso a separar os diferentes grupos sociais. Em lugar das análises culturalistas, as visadas sociológicas, centradas no tema da modernização do país e a partir da investigação do processo que levava a passagem do mundo tradicional ao moderno, abri-se uma ampla discussão sobre a situação das classes sociais no Brasil.

O conjunto das pesquisas de Fernandes (1978) aponta para novas facetas das relações raciais no Brasil, que sobrevive como legado histórico, um sistema enraizado de hierarquização social que introduziu gradações de prestígio a partir de critérios como classe

---

<sup>3</sup> SKIDMORE, Thomas E. 1976. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

social, educação formal, origem familiar e de todo um “Carrefour de cores”. Para este autor, o “preconceito de cor” faz às vezes das raças, tornando mais escorregadios os mecanismos de compreensão da discriminação.

Oracy Nogueira (1985) tratou raça como um fato social total e buscou na cultura uma chave explicativa não reducionista que influenciou interpretações como as de Peter Fry e Roberto Da Matta (1984). Este último aponta para um conceito de raça a partir da observação da realidade brasileira, onde segundo ele “... *raça é igual à etnia e cultura. É claro que essa é uma elaboração cultural, ideológica e não tendo valor científico...*”, ou seja, Da Matta conceitua raça como algo que se confunde com etnia, a partir do que ele chamou de conceituação social elaborada no país. De fato o conceito raça e etnia analisados na perspectiva desse autor, e de outros como Roberto Cardoso de Oliveira (1976), tende a confundir-se com os fatores definidores de etnia, simbologias culturais, raciais e religiosas. Já Manuela C. da Cunha (1984) entende a identidade como uma classificação e também como um lugar de enfrentamento. Desse modo, não há dúvida que o conceito de etnicidade, entretanto, seja mais amplo que o de raça, na medida em que, autores como Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1995) definem grupos raciais como um grupo particular de grupos étnicos ou um grupo étnico restrito. Essa perspectiva de análise feita por estudos como o de Guimarães (1995) possibilita a formulação de um conceito de raça mais abrangente: “raça como um conjunto de marcas físicas, valores morais e culturais”, onde se tornam critérios definidores de um dado grupo social.

Esse conjunto de elaborações do conceito de raça nos ajuda a entender a composição racial do país de uma certa forma. No entanto desde o século XIX que os censos demográficos são uma fonte oficial de informações em nível nacional, sobre a composição racial da

população brasileira. Porém há muito se discute a confiabilidade dos dados censitários sobre características raciais da população. A questão repousa no esquema de classificação utilizado no censo que se baseia em cinco itens ou categorias censitárias, isto é, brancos, pretos, pardos, amarelos e índios.

Os questionamentos sobre a validade das categorias de classificação invocam primeiramente, a ampla gama de termos comumente utilizados para identificar as tonalidades de cor da pele, mesmo as mais sutis que vão do negro ao branco e os significados sociais, ligados ao arranjo de cores que tornam sem valor a tipologia utilizada pelos recenseadores (Charles H. Wood 1991). Os antropólogos há muito, observam que o modo pelo qual as pessoas classificam-se umas às outras no Brasil, não se baseia unicamente na aparência física, mas em distintivos de classe social, como renda e educação, que também desempenham um papel na definição, na autodefinição e nas avaliações subjetivas que governam o comportamento intergrupala.

Autores como Peter Fry (1995) concordam com a complexidade de termos de classificação de cor no Brasil, de modo que suas pesquisas demonstram uma variação de termos utilizados comumente em um verdadeiro arranjo de cores, influenciado principalmente por fatores econômicos e educacionais, comprovando o exposto anteriormente sobre estudos de Florestan Fernandes. Fry discorda radicalmente daqueles que defendem a tese de categorias de recenseamento bipolar. Bipolar, na medida que, aceitam apenas duas categorias de identificação racial no censo, a exemplo dos Estados Unidos e que tem como defensores estudiosos como Michael Hanchard (1996) que em um determinado momento chegou polemizar publicamente com Fry a respeito desse assunto. Para Hanchard há de certo modo no Brasil uma crescente polarização da sociedade no que diz respeito auto-identificação em

relação à condição racial do indivíduo, este movimento provoca uma redefinição das categorias de identificação racial que lembra em dado momento os moldes da sociedade norte americana.

Ambos os autores discordam do sistema censitário brasileiro nesse quesito cor ou raça; Fry por entender que as categorias do censo não possuem validade, devido à complexidade e simbologia social da imensidão de termos de classificação existentes no país, e Hanchard por discordar da utilização de mais de duas categorias de tipificação no censo. Com uma análise que tende a reforçar as idéias de Hanchard, o trabalho de Robin E. Sheriff (2001) “*Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca*”, aponta uma série de termos para definir cor/raça dos indivíduos, porém com uma tendência de certa forma, subjacente nos discursos analisados a bipolarização das categorias definidoras de raça, nos moldes norte americanos.

## METODOLOGIA

Na fase inicial do trabalho, realizado um levantamento bibliográfico no que se refere ao tema étnico/racial, como também sobre as instituições policiais e suas atividades, a fim de poder dominar de maneira considerável o tema a ser estudado.

A partir desse ponto, desenvolvermos uma pesquisa de análise documental, onde foram analisadas de maneira minuciosa as fichas disciplinares<sup>4</sup> dos militares, como também boletins internos<sup>5</sup> e outros documentos administrativos da corporação a exemplo do “Boletim

---

<sup>4</sup> Documento de uso interno da PMSE onde se encontra além das características físicas dos policiais, todas as informações sobre sua vida profissional dentro da instituição, a exemplo de promoções, elogios e punições. São documentos individuais, ou seja, existe uma para cada militar.

<sup>5</sup> Documento de uso interno das unidades da PMSE onde constam informações de interesse dos policiais, como escala de serviço, elogios, punições e as ordens do comandante da unidade.

Ostensivo”<sup>6</sup> de onde extraíremos aspectos da vida profissional dos policiais no decorrer de suas carreiras. Bem como, o tipo de percepção que a instituição tem em relação a sua cor ao longo de sua vida profissional. Essa pesquisa foi realizada no setor de identificação e no arquivo da Polícia Militar de Sergipe, e teve caráter qualitativo a partir de amostra previamente definida.

Ao final dessa fase, realizaremos uma pesquisa de campo junto às Companhias<sup>7</sup>, Batalhões<sup>8</sup> e seções<sup>9</sup>, que tomaremos como base para uma observação participante e dependendo das necessidades de aprofundamentos dos trabalhos, realizaremos entrevistas semi-estruturadas a partir de uma amostra qualitativa de aproximadamente 20 policiais, entre homens e mulheres, obedecendo a critérios de proporcionalidade em relação ao gênero e de participação nos diversos níveis da escala hierárquica institucional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em trabalho desenvolvido na Polícia Militar do Rio de Janeiro, Lívio Sansone (2002) aponta para um conjunto de práticas rotineiras no uso de termos de cor/raça que em dado momento, seja no quartel ou nas ruas, em serviço, diferem do padrão oficial utilizado nessa milícia. Comumente segundo esse autor, observam-se em relatórios de ocorrências, termos de classificação, alheios às categorias do IBGE. A Polícia Militar de Sergipe não difere na utilização das categorias oficiais do censo, quando a partir de sua seção de identificação e controle do efetivo em atividade, aplica o sistema de classificação oficial para definir a cor de seus membros, na confecção de documentos e recadastramentos do efetivo, utilizando um padrão em vigor nas instituições militares do país. Nesse caso não só um padrão das polícias

---

<sup>6</sup> Ver nota na P. 5

<sup>7</sup> Denominação dada a uma unidade operacional da PMSE responsável pelo policiamento de uma subárea territorial de um Batalhão.

<sup>8</sup> Denominação dada a uma unidade operacional da PMSE responsável pelo policiamento de uma área.

<sup>9</sup> Denominação dada a repartições administrativas da instituição de modo geral.



militares, mas também utilizado nas Forças Armadas. Todavia num levantamento documental que fiz em campo, observei que esse procedimento é feito de forma arbitrária não levando em conta em seu interior um conjunto de relações e possibilidades retóricas que trazem em si uma infinidade de termos de classificação como “moreno”, “moreno claro”, “moreno escuro”, “marrom”, “saruaba”, “preto retinto”, “galego” entre outros, que no dia a dia da corporação, seja em conversas informais entre policiais de mesmo grau hierárquico ou quando um deles faz referência a um superior, vão muito além das categorias formalmente utilizadas no Brasil, como observou anteriormente Kabengele Munanga (2008), ao tratar das barreiras para constituição das identidades negras em nossa sociedade.

Nas situações do cotidiano policial ocorrem inúmeras formas de uso de denominações raciais. Que formas são essas? Em que situações aparecem? O que querem dizer? Será que seus sistemas de classificação dentro da corporação, se concretizam a partir de um conjunto de termos ou códigos que variam de acordo com a posição ocupada pelo policial na escala hierárquica da instituição e do grau de relacionamento entre os “pares”, ou seja, relacionamento entre policiais com a mesma função ou cargo? E dessa forma, o policial que é visto por seus pares ou amigos de farda mais próximos, como “pardo”, por exemplo, e se vê também desse modo, poderia não ser visto assim por seus subordinados, ou policiais com cargo de menor importância? Isso é definido como algo situacional ou é diretamente influenciado pelo contexto ou lugar de fala do indivíduo, corroborando para formação de identidades a partir de uma fronteira não tão bem definida entre os grupos, e que se dá em relação e oposição ao outro, como frisou Fredrik Barth (1997)? E sendo assim, há por parte dos policiais militares alguma rejeição, mesmo que subjacente, aos termos utilizados oficialmente?

Desse modo, acreditamos que entender determinadas relações no ambiente de trabalho e nesse caso no que se refere à raça/cor é entender aspectos norteadores da própria sociedade que criou e mantém essa mesma instituição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. 1996. **Violência e racismo**: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da Silva. Raça e diversidade. São Paulo: Estação Ciência/Edusp.
- APPIAH, Kwame Anthony. 1997. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura/ Kwame Anthony Appiah; tradução Vera Ribeiro; revisão e tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.
- AMORIM, Samuel Silveira. 1999. **Polícia Civil, Instituição e Personagens**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, UFS, S. Cristóvão - Sergipe.
- AZEVEDO, Thales. 1996. **As elites de cor numa cidade brasileira**. Um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. 2ª ed. Salvador: EDUFBA: EGBA.
- BRETAS, Marcos Luiz. 1997. **Observação sobre a falência dos modelos policiais**, Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo.
- BRUSCHINI, C e LOMBARDI, M. R. 1996. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 10. Caxambu, Minas Gerais.
- CUNHA, Manuela C. da. 1986. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. Brasiliense - São Paulo.
- DANTAS, Beatriz G. 1998. **Vovó nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.
- FERNANDES, Florestan. 1978. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2v.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. 1976. **Os militares como categoria social**. – São Paulo: Global Ed.
- FREYRE, Gilberto. 2007. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global.
- FRY, Peter. 1995/96. **O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil**. Revista da USP, Nº 28.
- GEERTZ, Clifford. 1978. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIL, Antonio Carlos. 1994. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 4ª ed. São Paulo: Atlas.

- GILROY, Paul. 2001. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**/Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. 1995. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos estudos Cebrap, Nº 43.
- HANCHRD, Michael. 1996. **Americanos, brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry**. Revista da USP, Nº 31.
- MAGGIE, Yvonne. 1996. **Aqueles a quem foi negada a cor do dia. As categorias cor e raça na cultura brasileira**. In: MAIO, Marcos Chor (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB.
- MAGGIE, Yvonne. 2002. **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- MAIA, K. 2001. **Progresso tecnológico, qualificação da mão-de-obra e desemprego**. Brasília: UnB/Departamento de Economia (Tese de Doutorado).
- MARCON, Frank N. 2005. **Diálogos transatlânticos**. Identidade e nação entre Brasil e Angola. Florianópolis/SC: Letras contemporâneas.
- MATTA, Roberto da. 1984. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, 4ª ed. Petrópolis: vozes.
- MICELI, Sergio (org.). 2004. **O que ler nas ciências sociais brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, Brasília, DF.
- MUNANGA, Kebengele. 2008. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- NOGUEIRA, Oracy. 1985. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. T. A Queiroz, São Paulo.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. 1976. **Identidade, etnia e estrutura social**. 1ª ed. Pioneira, São Paulo.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. 1997. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP.
- SANSONE. Lívio. 1992. **Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)**. Estudos Afro-asiáticos 23. Rio de Janeiro.
- SANSONE. Lívio. 2002. **Fugindo para Força: Cultura Corporativista e “Cor” na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº3, pp. 513-532.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2004. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930** 5ª ed. Companhia das letras, São Paulo.
- SCORZAFAVE, L. G. e MENEZES-FILHO, N. A. 2000. **A Evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. In: *Encontro Nacional de Economia*, 28. Campinas.

SKIDMORE, Thomas E. 1976. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Nelson do V.1994. **Uma nota sobre raça social no Brasil**, Estudos Afro-Asiaticos, (26): 81-98.

WOOD, Charles H. 1991. **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/CEPEPUR.